



Número: **0800149-59.2020.8.15.1071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Jacaraú**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDMILSON BEZERRA (AUTOR)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39857042	24/02/2021 11:56	Petição	Petição
39857043	24/02/2021 11:56	2747851_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_04	Outros Documentos
39857045	24/02/2021 11:56	2747851_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_03	Outros Documentos
39857046	24/02/2021 11:56	2747851_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02	Outros Documentos
39857549	24/02/2021 11:56	2747851_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

EM ANEXO



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	31/10/2019
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:	
----------------------	--

VALOR TOTAL:	1.350,00
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: EDMILSON BEZERRA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 02235-7

CONTA: 000010008050-2

Nr. da Autenticação 50CEA5432D258483



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190548544 **Cidade:** Lagoa de Dentro **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDMILSON BEZERRA **Data do acidente:** 09/07/2019 **Seguradora:** AMERICAN LIFE
COMPANHIA DE SEGUROS

PARECER

Diagnóstico: TCE COM HSA LAMINAR TEMPORAL + TRAUMATISMO NO JOELHO DIREITO COM ENTORSE LIGAMENTAR.

Descrição do exame físico: AO EXAME FÍSICO APRESENTA EDEMA EM JOELHO EM DIREITO, LIMITAÇÃO DE FLEXÃO EM 30 GRAUS, INSTABILIDADE COM GAVETA ANTERIOR POSITIVA E LACKMAM POSITIVO, DEFICIT DE FORÇA MOTORA DO JOELHO DIREITO, REFERE QUEIXAS DE TONTURA, REFERE TER APRESENTADO CRISE CONVULSIVA EM USO CONTÍNUO DE HIDANTAL 100MG E RISPERIDONA DE 2MG.

Resultados terapêuticos: HOUE RESOLUÇÃO DO TCE PORÉM RESULTOU EM CRISES CONVULSIVAS (FAZ USO DE HIDANTAL), REFERE QUEIXAS DE TONTURA, EXISTE INSTABILIDADE DO JOELHO DIREITO, COM GAVETA E LACKMAM POSITIVOS, LIMITAÇÃO DE MOBILIDADE ARTICULAR COM PERDA DE 30 GRAUS DE FLEXÃO E DEFICIT DE FORÇA MOTORA DO JOELHO DIREITO..

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU MÉDIO DO JOELHO DIREITO E LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU RESIDUAL DO LESÕES NEUROLÓGICAS QUE CURSEM COM IMPEDIMENTO DO SENSO DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL E DO LIVRE DESLOCAMENTO CORPORAL

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 21/10/2019

Conduta mantida:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões neurológicas que cursem com impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			10 %	R\$ 1.350,00



Processo

Nº Processo: 0000778-08.2016.815.1071
Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO
Status: BAIXADO
Localizador: CXA 351

Vara: VARA UNICA DA COMARCA DE JACARAU
Distribuição: 22/08/2016
Valor Ação: R\$12.462,50

Assuntos:

SEGURO	ACIDENTE DE TRANSITO
--------	----------------------

Movimentações:

	Data *	Descrição *
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1	23/03/2017	BAIXA DEFINITIVA 23/03/2017 13:58 TJEJA04
2	23/03/2017	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE 23/03/2017
3	23/03/2017	EXPEDICAO DE DOCUMENTO CERTIDAO 23/03/2017
4	23/03/2017	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 23/03/2017 P000047171071 13:37:18 SEGURAD
5	23/03/2017	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 23/03/2017 P000046171071 13:37:18 SEGURAD
6	23/03/2017	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 23/03/2017 P000019171071 13:37:17 SEGURAD
7	18/01/2017	PROTOCOLIZADA PETICAO PETICAO (OUTRAS) 18/01/2017 P000047171071 13:46:45 SEGURAD
8	18/01/2017	PROTOCOLIZADA PETICAO PETICAO (OUTRAS) 18/01/2017 P000046171071 13:32:40 SEGURAD
9	10/01/2017	PROTOCOLIZADA PETICAO PETICAO (OUTRAS) 10/01/2017 P000019171071 17:30:08 SEGURAD
10	16/12/2016	HOMOLOGADA A TRANSACAO 16/12/2016
11	16/12/2016	AUDIENCIA DE INSTRUCAO REALIZADA 16/12/2016 09:00
12	16/12/2016	AUDIENCIA DE INSTRUCAO DESIGNADA 16/12/2016 09:00
13	13/12/2016	JUNTADA DE PETICAO CONTESTACAO 13/12/2016 P001309161071 11:30:46 SEGURAD
14	13/12/2016	JUNTADA DE MANDADO 13/12/2016 D002356161071 11:30:46 001
15	29/11/2016	AUDIENCIA DE INSTRUCAO REALIZADA 28/11/2016 09:20
16	17/11/2016	PROTOCOLIZADA PETICAO CONTESTACAO 17/11/2016 P001309161071 16:51:11 SEGURAD
17	21/09/2016	JUNTADA DE DOCUMENTO CARTA DE INTIMACAO 21/09/2016
18	20/09/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 20/09/2016 NF 158/1
19	20/09/2016	EXPEDICAO DE DOCUMENTO MANDADO 20/09/2016 EDMILSON BEZERRA
20	15/09/2016	AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA 28/11/2016 09:00
21	05/09/2016	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 05/09/2016
22	23/08/2016	CONCLUSOS PARA DESPACHO 23/08/2016
23	22/08/2016	DISTRIBUIDO POR SORTEIO 22/08/2016 TJEJA15

Os resultados apresentados são de caráter informativo, não substituindo avisos ou intimações publicados no Diário da Justiça.

Consultas ao Telejudiciário através do telefone: (83) 3621-1581



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA

Advogados Associados

Adriana Moura
Alexsandra Freitas
André de Silva
André de Souza
Cristiane Silva
Gabrielle Serrano

Gilson Erves
Juliana Cruz
Lohan Mota
Patricia Bonfim
Walter Araújo

Protocolo: POU0019171071

Data : 10/11/2017 Hora : 17:30:08

Tipo : PETICAO (OUTRAS)

Processo : 0001778-08/2016/0151071

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : SIM

Comarca : JACARAU

Vara : VARA ÚNICA DE JACARAU

Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGUROS

Guia : 1072017900024

Localizador: REGISTRAR SENTENÇA

VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDMILSON BEZERRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado João Barbosa Alves Filho, OAB/PB 4246-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JACARAU, 28 de dezembro de 2016.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: P000047171071
Data : 19/01/2017 Hora : 13:46:45
Tipo : PETICAO (OUTRAS)
Processo : 0000778-08.2016.815.1071
Status : ATIVO
Justiça Gratuita : SIM
Comarca : JACARAU
Vara : VARA ÚNICA DE JACARAU
Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO
Assunto : SEGURO
Partes(s) Petitionante(s):
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGUROS
Guia : 1072017800041
Localizador: PRAZO



DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU / PB

1071

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove **EDMILSON BEZERRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., **requerer a juntada do comprovante de Pagamento no valor de R\$ 5.568,75, bem como requer que seja expedido mandado de pagamento do valor que faz jus ao autor e em caso de honorários de sucumbência ao advogado do requerente.**

Requer, ainda a ré, que seja observado exclusivamente o nome do advogado João Barbosa Alves Filho, OAB/PB 4246-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termo em que,
Pede Juntada.

JACARAU, 13 de janeiro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO Nº 0778.08.2016

Distribuído em

____/____/____

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**
(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

PERITO _____

BANCA _____

____ Manhã

____ Tarde

Nome completo: Edmilson Bezerra

CPF: 535.609.494.91

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: F2. Conto de Pedra. Lagoa de Iguaraçu

Data do Acidente: 08/12/2014

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial n.º _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de Jacaré.

João Pessoa/PB, 16 de dez. 2016

Edmilson Bezerra
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Crânio-facial e joelho

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Scanned by CamScanner



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Limitação de atividades físicas + estresse de luto

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1º Lesão <i>Crânio - facial</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão <i>Peito D</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

Tucuru *16.12.16*
Tamara Lobato
MÉDICA
CRM - PB 9327

Assinatura do médico - CRM

Dr. Jairo Dantas Gualberto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-4382 TEOT 6514
028804382

Tamara C.F. Lobato
ACE Gestão D. Saúde

Scanned by CamScanner





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JACARAÚ

TERMO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 0000778-08.2016.815.1071

NATUREZA: Audiência Preliminar

DATA E HORÁRIO: 16.12.2016 às 09 horas

PRESENTE: o Dr. Perilo Rodrigues de Lucena, Juiz de Direito;

PROMOVENTE: EDMILSON BEZERRA - CPF 535.609.494-91 e seu DR.

JAILSON BARROS DO NASCIMENTO, OAB/PB 10.189, CPF 572.592.084-49, a

promovida por preposto DR. SUELIO MOREIRA TORRES, CPF 052.236.464-01

e Advogados DR. ANDRÉ LUIZ F. VASCONCELOS SOBRINHO, OAB/PB 18.747 e DR. ANDRÉ AIRES ROCHA RIBEIRO, OAB/PB 17.566. AUSENTES:

OCORRÊNCIA: Pelo MM. Juiz foi dito que foi formulado acordo entre as partes não houve.

no sentido de que a promovida concorda com o levantamento ofertado (R\$ 5.568,75, sendo R\$ 5.062,50 para parte e R\$ 506,25 para o Advogado), consoante cálculos em anexo, ao passo que o promovente concorda com o levantamento e a extinção do feito, com o que anuíram as partes e seus Advogados. Assim sendo, na forma do art. 487, III do CPC, passo a proferir a seguinte sentença: **AÇÃO ORDINÁRIA. ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES. HOMOLOGAÇÃO.**

EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO.
INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 487, III, DO CPC. Há de ser homologado o acordo firmado entre as partes. *Vistos, etc.* Nesta Comarca, EDMILSON BEZERRA - CPF 535.609.494-91, ingressou com ação de COBRANÇA em

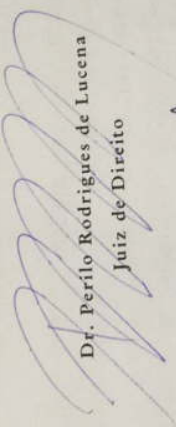
desfavor de SEGURADORA LIDER, tendo as partes acordado nos termos supramencionados, após o que o processo me veio concluso para deliberação. É o breve relato. Decido: Há de ser homologado o acordo firmado entre as partes legitimamente representadas e sendo lícito o objeto. **EX-POLIS: DESTARTE**, e tendo em vista o que mais dos autos consta e princípios de direito aplicáveis à

Handwritten signature and initials.



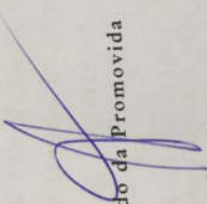
16 10 11

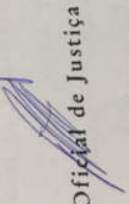
espécie, JULGO, por sentença, e para que produza os devidos e legais efeitos, EXTINTO O PROCESSO, na forma do art. 487, III do CPC, o ARQUIVAMENTO dos autos, com BAIXA na distribuição. Sentença publicada em audiência e intimados os presentes, que renunciaram ao prazo recursal, registre-se e cumpra-se. Tendo em vista a sucumbência recíproca, expeça-se guia paga pagamento de custas finais pela seguradora. EXPEÇA(M)-SE os competentes alvarás. Após, archive-se. E, como não havia mais nada a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que fica devidamente assinado pelos presentes.


Dr. Perílio Rodrigues de Lucena
Juiz de Direito


Promovido(a)


Promovida


Advogado da Promovida


Oficial de Justiça





SCRITÓRIO RESPONSÁVEL JR		CHECK LIST - MUTUIROS DE CONCILIAÇÃO - DPVAT		SCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: (X) O MESMO () OUTRO		DATA DA AUDIÊNCIA: 16/12/2016		GPROC/SISJUR: 2233555	
(X) VC () JEC () TJ		COMARCA: JACARAÚ		UF: PB					
AUTOR		NOME: EDMILSON BEZERRA		REPRESENTANTE LEGAL					
Nº PROCESSO (CNU)		0000778-08.2016.815.1071		DATA DO AUIZAMENTO: 22/08/2016					
VÍTIMA		NOME: () INCAPAZ () MENOR		DATA DO SINISTRO: 08/12/2014					
EX ADVERSO		NOME: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA							
OBJETO		(X) INVALIDEZ INTEGRAL () INVALIDEZ DIFERENÇA							
DADOS DO VEÍCULO ENVOLVIDO		PLACA: MINO-0841		ANO: 2007		CATEGORIA: () 00 () 01 () 02 () 03 () 04 () 08 (X) 09 () 10 () 19			
LAUDO NOS AUTOS?		INVALIDEZ PERMANENTE		INVALIDEZ JUDICIAL		MUTIRÃO ANTERIOR		() OUTROS:	
LEÇÃO APURADA		() NÃO () SIM () JUDICIAL () PARTICULAR () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%							
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:		1. <u>CRANIO FACIAL</u>		() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%					
		2. <u>JOELHO D.</u>		() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%					
		3. <u></u>		() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%					
		4. <u></u>		() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%					
EMPRESA MÉDICA		(X) ACE () ATPE () CNIS () EXTRACARE () MOZES () SALEK () SAUDESEG							
PERITO JUDICIAL		NOME:							
ASSISTENTE TÉCNICO		NOME:							
DATA DO ÓBITO:		CERTIDÃO DE ÓBITO		BENEFICIÁRIOS () CONJUGE () FILHOS () OUTROS:		QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS:			
		() SIM () NÃO							
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO		(X) SIM () NÃO		VERIFICAÇÃO MEGADATA		RUBRICA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA CONSULTA:			
VATUREZA DO SINISTRO:		() 1 - MORTE (X) 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS							
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:		RS: 3.3375,50							
4º SINISTRO ADM:		DATA DO PAGAMENTO:							
VATUREZA DO SINISTRO:		() 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS							
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:		RS:							
4º SINISTRO ADM:		DATA DO PAGAMENTO:							
PAGAMENTO JUDICIAL		() SIM () NÃO							
VATUREZA DO SINISTRO:		() 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS							
VALOR DO PAGAMENTO JUDICIAL:		RS:							
4º SINISTRO JUD:		DATA DO PAGAMENTO:							
ACORDO		(X) SIM () NÃO		MOTIVOS PARA NÃO REALIZAÇÃO DO ACORDO					
Valor da indenização:		RS: 5.062,50		() PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO					
Valor dos honorários:		RS: 506,25		() REGULAÇÃO 2/3 (AUSÊNCIA DE COBERTURA)					
Valor total do acordo:		RS: 5.568,75		() REGULAÇÃO 2/3 (AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL)					
() NÃO				() REGULAÇÃO 2/3 (PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE)					
				() REGULAÇÃO 8 (INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE)					
				() JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EN OUTRO PROCESSO					
				() SINISTRO ADIMPLIDO NA VIA ADMINISTRATIVA					
				() VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO					
				() RENÚNCIA (MARCAR TAMBÉM C MOTIVO NAS OPÇÕES ANTERIORES					
				MOTIVO NAS OPÇÕES ANTERIORES					
				PA HOSPITALAR					

PROCESSO Nº 0778.08.2016
Distribuído em _____
PERITO _____
BANCA _____
Manhã _____
Tarde _____

AValiação Médica
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO
(Art. 31º da Lei 11.340 de 08/08/2008 que altera a Lei 6.134 de 14/12/194)

Nome completo: Edmilson Bezerra
CPF: 535.609.494.91
Endereço completo: _____

Informações do acidente
Local: FZ. Conto de Roca. Lagoa de Rute.
Data do Acidente: 08.12.2014.

Concordância com a realização da avaliação médica
Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de Jacaraná.

João Pessoa/PB, 16 de abril de 2014.
Suelio Moreira Torres
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s)/região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?
Crânio-facal e joelho

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cumpre com:

a) ☐ distúrbios apnéias temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas) no patrimônio físico e/ou mental da vítima, marque a seguir a graduação da lesão, de acordo com o art. 11.945/09, e a sua graduação:

Graduação da lesão: lesão de grau 1, 2 e 3

VI) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VII) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação das lesões (seus danos) campos abaixo assinalados.

VIII) Segundo o previsto na Lei 11.945/09, favor assinalar a graduação da lesão, de acordo com o art. 11.945/09, e a sua graduação: acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a algum segmento corporal da vítima)

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima)

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	1º Lesão	2º Lesão	3º Lesão	4º Lesão
1º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico: 16.12.16

Assinatura do médico: Tamara Lobato

CRM - PB 9327

ACE GEMO DE SAÚDE

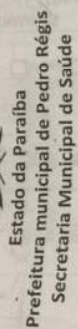
Dr. João Batista Guiberto

Ortopedia e Traumatologia

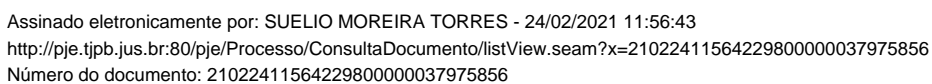
CRM-4 382 TEUT 6514

03904382





①
MILWAUKEE A. CO. 2400-70
EASTMAN 2400-70





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA
HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
Laudo Médico / Resumo de Alta



Nome:	Camurçan Benem	Registro:	
Idade:		Sexo:	Or:
Data de admissão:		Clinica:	Ent:
Diagnóstico inicial:	Qual encoberto de parte	Data da alta:	10-17-14
Diagnóstico final:	8 mms		
Outros diagnósticos:			
Principais exames:	TC de face		
Cirurgia realizada - data e equipe:	Caldeira		
Terapêutica medicamentosa:			
Anatomia patológica:			
Infecção: sim () não ()	Coleta de material: sim () não ()		
Resultado bacteriológico:			
Condições de alta: Melhorado () Removido () A pedido () Curado () Óbito ()			
Resumo clínico:	história evolução, terapêutica, complicações		
	paciente com melhora de quadro		
	paciente alta p/ retorno op		
	7 dias p/ observação		
Diet:	Dieta	Orientações Pós Alta	
Reposo:	relativo em casa por _____ dias		
	retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias		
	retorno às atividades com esforço físico leve _____ dias e com maior em _____ dias		
	Cuidados com a ferida operatória: lava-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.		
	Medicações para casa:		
Retorno:			
Ao posto de saúde em _____	para retirada de ponto.		
Ao ambulatório _____	em 30 dias para revisão.		
João Pessoa _____ de _____ de _____	Ass. Médico / CRM _____		

Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JACARAÚ

TERMO DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 0000778-08.2016.815.1071

NATUREZA: Audiência Preliminar

DATA E HORÁRIO: 16.12.2016 às 09 horas

PRESENTE: o Dr. Perilo Rodrigues de Lucena, Juiz de Direito;

PROMOVENTE: EDMILSON BEZERRA - CPF 535.609.494-91 e seu DR.

JAILSON BARROS DO NASCIMENTO, OAB/PB 10.189, CPF 572.592.084-49, a

promovida por preposto DR. SUELIO MOREIRA TORRES, CPF 052.236.464-01

e Advogados DR. ANDRÉ LUIZ F. VASCONCELOS SOBRINHO, OAB/PB

18.747 e DR. ANDRÉ AIRES ROCHA RIBEIRO, OAB/PB 17.566. AUSENTES:

OCORRÊNCIA: Pelo MM. Juiz foi dito que foi formulado acordo entre as partes não houve.

no sentido de que a promovida concorda com o levantamento ofertado (R\$

5.568,75, sendo R\$ 5.062,50 para parte e R\$ 506,25 para o Advogado), consoante

cálculos em anexo, ao passo que o promovente concorda com o levantamento e a

extinção do feito, com o que anuíram as partes e seus Advogados. Assim sendo,

na forma do art. 487, III do CPC, passo a proferir a seguinte sentença: **AÇÃO**

ORDINÁRIA. ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES. HOMOLOGAÇÃO.

EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 487, III, DO CPC. Há de ser homologado o

acordo firmado entre as partes. *Vistos, etc.* Nesta Comarca, EDMILSON

BEZERRA - CPF 535.609.494-91, ingressou com ação de COBRANÇA em

desfavor de SEGURADORA LIDER, tendo as partes acordado nos termos

supramencionados, após o que o processo me veio concluso para deliberação. É o

breve relato. Decido: Há de ser homologado o acordo firmado entre as partes

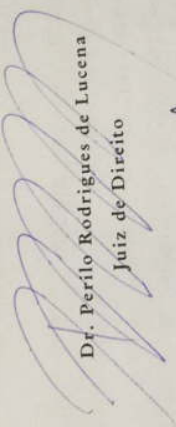
legitimamente representadas e sendo lícito o objeto. **EX-POLIS: DESTARTE**, e

tendo em vista o que mais dos autos consta e princípios de direito aplicáveis à

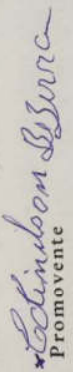


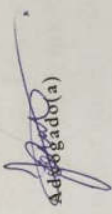
16 10 11

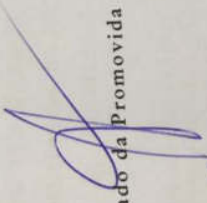
espécie, JULGO, por sentença, e para que produza os devidos e legais efeitos, EXTINTO O PROCESSO, na forma do art. 487, III do CPC, o ARQUIVAMENTO dos autos, com BAIXA na distribuição. Sentença publicada em audiência e intimados os presentes, que renunciaram ao prazo recursal, registre-se e cumpra-se. Tendo em vista a sucumbência recíproca, expeça-se guia paga pagamento de custas finais pela seguradora. EXPEÇA(M)-SE os competentes alvarás. Após, archive-se. E, como não havia mais nada a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que fica devidamente assinado pelos presentes.


Dr. Perílio Rodrigues de Lucena

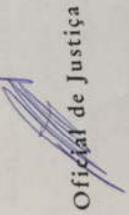
Juiz de Direito


Promovido


Advogado(a)


Advogado da Promovida


Promovida


Oficial de Justiça





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150305789 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDMILSON BEZERRA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**BENEFICIÁRIO** EDMILSON BEZERRA**CPF/CNPJ:** 53560949491

Posição em 15-12-2016 11:28:32

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
27/05/2015	R\$ 3.037,50	R\$ 0,00	R\$ 3.037,50

ACESSIBILIDADE[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documento Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (</Pages/Pague-Seguro.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

Informações Gerais (</Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx>)



ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização
(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx> 15/12/2016

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/02/2021 11:56:43
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21022411564229800000037975856>
Número do documento: 21022411564229800000037975856

Num. 39857046 - Pág. 19

1ª INSTÂNCIA

Nº 0000778-08.2016.815.1071
vara unica de jacarau DIST.: 22/08/2016 13:09
PROCEDIMENTO SUMARIO
seguro
Autor EDMILSON BEZERRA
Reu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO
Em: __/__/__ Analista: _____



Folha nº



Saraiva & associados
Dr. Emmanuel Saraiva Ferreira
Av. Floriano Peixoto, n.º 4510, Matinhos,
- Campus Grande-PB.
Tel (083) 3342-2704

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CIVEL DA COMARCA DE JACARAÍ - PB



Em 18/08/16
Sr. Suelio Moreira Torres

RG nº 2.313.266 e inscrito no CPF sob o nº 535.609.494-91, residente e domiciliado (a) na (o) Rua Projéctua, S/N, Lagoa de Dentro PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex. - propor o presente

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT
POR INVALIDEZ- COMPLEMENTO.**

Contra: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGUROS- DPVAT, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Damas nº 74, . 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP- 20.031-201, CNPJ: 09.248.608/0001-04 exposto e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra, o Promovente requereu inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a justiça e judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, protendo em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DOS FATOS

No dia 08/12/2014, trafegava pela saída da cidade de Lagoa de Dentro PB, no carona na motocicleta HONDA/CG 150 FAN, de cor Prata e placa MNN 0841/PB, quando ao fazer uma curva, se deparou com um animal na estrada, vindo a bater e cair, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital de Trauma de João Pessoa - PB, apresentando POLITRAUMIA, conforme faz prova com a **certidão de ocorrência de policial e prontuário médico, em anexo.**

Ocorre que o autor requereu administrativo o DPVAT, sendo que, recebeu R\$ 3.037,50 (três mil trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme documentos em anexo, sendo que, o pagamento foi realizado tomando como base a circulares da Seguradora



Lider, examinada por instituições administrativas, fazendo um levantamento da norma que rege a matéria em tela.

O membro afetado foi a **TODO O CORPO**, sendo que, segundo a tabela firmada na Lei nº 11.945/2009, motivo pelo qual, deve a seguradora complementar a indenização nos termos da norma jurídica.

DO DIREITO

Acontece que o DPVAT não pode ser pleiteado junto a Demunhã, porque se nega a receber a liquidar o seguro, visto que, entende que o beneficiário não é portador de sequela indenizável.

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, ainda determina. In verbis:

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será parâmetro o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento) nos casos de sequelas residuais." Orito nosso

Resalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que prese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como "sequelas residuais" em grau mínimo em 10% (dez por cento).

O que obviamente não poderia, mas ocorrer era condicionar o pagamento das indenizações a amputação, perda de órgãos vitais para só assim o beneficiário receber a indenização devida por lei. O pagamento diante das inovações passou desta forma a ter outra conotação e interpretação determinando o pagamento até mesmo em casos de pequena debilidade. Nunca é demais ressaltar que o Art. 5º da Lei 6.194/74 prevê que a indenização securitária seja paga "independentemente da existência de culpa", bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Em consonância o art. 927, CC, estabelece que a obrigação de reparar surja quando for praticado ato ilícito que cause danos a outrem, não é imaginável pretender que um seguro garanta indenização mediante "simples prova do acidente e do dano", sem perquirir acerca do causador ou do responsável pelo sinistro, seja considerando como de responsabilidade civil, o que configuraria uma aberração jurídica.

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado. Portanto, ainda que se considere que a dispensa do elemento culpa se deve ao fato de a Lei 6.194/74 tratar de responsabilidade civil objetiva, não se pode olvidar o fato de que essa norma não pressupõe no menos que a vítima seja um terceiro prejudicado (outrem), mas, ao contrário disso, ainda diz que havendo vítimas em mais de um veículo envolvido, a indenização será paga pela seguradora dos respectivos veículos. O que mais uma vez comprova que esse seguro é simplesmente de dano e não de responsabilidade civil.

A Lei n. 6.194/74 determina o pagamento da indenização mediante a **SIMPLES** ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a promovida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em



resoluções e alterações, as quais encontram-se em tela de colação com o dispositivo legal infracionado.

Como se observa, a Lei não pode se curvar aos interesses mero ambicionadores das seguradoras, que militam no ramo de seguro de vida, sendo que, na verdade o verdadeiro, caracterizaria um perigo para o cidadão comum.

preceito que:

Quando ao Direito a percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, art. 5º,

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova da existência e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não rescisão, abolição qualquer franquia de responsabilidade do segurado”; *Código de Processo*.

Interessa no dispositivo legal infracionado que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado. O Governo Federal, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, 40 (quarenta) salários mínimos, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia a a ter a seguinte redação:

O “Art. 3º, in verbis:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima de:

- I - RS 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até RS 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
- III - até RS 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares

A JURISPRUDÊNCIA

Recentemente, a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em outro processo similar, assim pronunciou sobre a ausência de Lando do INL, sentença vejamos:

JULGADOS DA QUARTA CÂMARA
PUBLICAÇÃO: 24 DE MAIO DE 2006

APelação Cível nº 078.2003.000326-1/01

RELATOR DE: Antônio de Pádua Lima Moura Negro

APELANTE: Umberson Alig Seguros

APELADO: Sérgio Ricardo Souto Campos

DPVAT - Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Processos da ação. Apelação Cível. Preliminar de carência de ação. Rejeição. Preliminar de falta de legitimidade passiva. Rejeição. Alegação de compensação da C.N.S.P. (Conselho Nacional de Seguros Privados) para editar instruções. Impossibilidade de vinculação de indenização ao salário mínimo. Apelação Cível desprovida. Não há que se falar em carência de ação pela ausência de comprovação documental concreta no Lando pericial do INL, quando presente nos autos, outros elementos de prova que comprovam plenamente a ocorrência do Autor. Possuem legitimidade elementos de prova no polo passivo da ação de cobrança para recebimento de indenização do seguro para figurar no polo passivo da ação de cobrança prevista no artigo 7º da Lei 6.194/74. O valor total das seguradoras que fazem parte do consórcio previsto no artigo 7º da Lei 6.194/74. O valor da indenização devida em virtude do seguro. DPVAT, em caso de invalidez permanente, é de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, devendo prevalecer essa norma frente ao teto fixado pela C.N.S.P. É legítima a fixação do valor devido em razão do seguro DPVAT, com base no salário mínimo, nos termos da Lei 6.194/74, por não produzir um fator de correção, mas de simples fixação do valor da indenização. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por voto unânime, em REJEITAR AS





*PRELIMINARIS. E. MÉRITO. NEGAR PROSULIMENTO À APLICAÇÃO CIVIL, em
conferência das razões e fatos do Reclamo, que possam atingir o legítimo - CRIATIVOS*

Com o advento da Lei nº 8.241/92, anexa pela Recorrente, esta foi
segundária que exploram o ramo do seguro obrigatório, mas tão somente de amparar as
vítimas e os parentes das vítimas de acidente de trânsito que em nosso país mata milhares de
pessoas.

DO REQUERIMENTO

PELO EXPOSTO, requer a V. Ex.ª, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c,
Art. 31 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, requer a condenação da presente demanda,
para o fim de condenar a requerida ao pagamento de R\$ 12.462,50 (doze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta
centavos), referente ao seguro DPVAT, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a
comprometer TODO O CORPO, adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o
seguinte:

- 1- Seja citado o Promovido, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal,
sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil;
- 2- Seja designada audiência de conciliação, citada através de AR (Correios e Telegráficos),
conformidade com o rito especial imposto a lide, tendo havido proposta de acordo em ato contínuo em
3- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente
nas provas periciais, documentais e depoimento do autor;
- 4- Requer a intimação das testemunhas cujo rol segue ao pé desta, para serem ouvidas em
audiência a ser designada pelo Douto Juiz;
- 5- Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção
monetária retroativa a data do sinistro;
- 6- Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da
condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- 7- Que já seja solicitado cópia do Promitório Médico Hospitalar ao Hospital que efetuou o
procedimento médico cirúrgico no autor;
- 8- Requer ainda, que seja oficiada a direção do IML - para realizar a perícia no autor, visto que tal
providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda.
- 9- Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o
mesmo pobre na forma da lei;
- 10- Dar-se à presente causa o valor de R\$ 12.462,50 (doze mil quatrocentos e sessenta e dois
reais e cinquenta centavos), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Lagoa de Dentro - PB, em 28/05/2015

EMANUEL SARAIVA FERREIRA
ADVOGADO - OAB/PB 16.928



QUESTITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59, 83, 102, 112, Para fins de pericia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das ____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQUELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO DEBILITADOS): _____

4) EXISTEM SEQUELAS _____ RESIDUAIS? _____

5) SE A INVALIDEZ DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE? _____

Sem mais, em ____/____/____
(assinatura - carimbo - CRM)



DECLARAÇÃO DE POBREZA



Sr(a) Edmilson Piegina
Brasileiro (a), Coronado
RG nº 2.313.435, CPF nº 535.664.494-91, portador de
intimido(a) no(a) Rua Pinheiro 570 B. Barra
na cidade de Engenheiro de Porto Estado da
Pernambuco Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é
pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas
processuais na Ação Coletiva e/ou Reparação de Danos Materiais, na Comarca de
Jacaré. Afirma ainda ser conhecedor das sanções
penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina
o presente.

Engenheiro de Porto - PE, em 28/12/2014

Edmilson Piegina
Declarante



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgente: Bel. Emanuel Ribeiro, brasileiro,

CPF nº 000.000.000-00, portador do CPF nº 000.000.000-00

CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado em rua

Av. de Denturo, PB, nomeia e outorga poderes ao

Outorgado: Bel. EMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB e

a Bela MARIANA ATENEU FERNANDES DO AMARAL, brasileira, solteira, ambos

possuindo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4310, Malvinas, nesta cidade de Campina

Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula

"ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA

JUSTIÇA COM AÇÃO DPVAT, junto à comarca de Joazeiro

PB, podendo os outorgados, confessarem, assintarem, desistirem, propter acordo,

receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições,

firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto

bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar

tudo processo até o final do julgamento, representando ainda o outorgante, podendo ajustar

apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio

Tribunal de Justiça do Estado da Paraná, podendo

finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

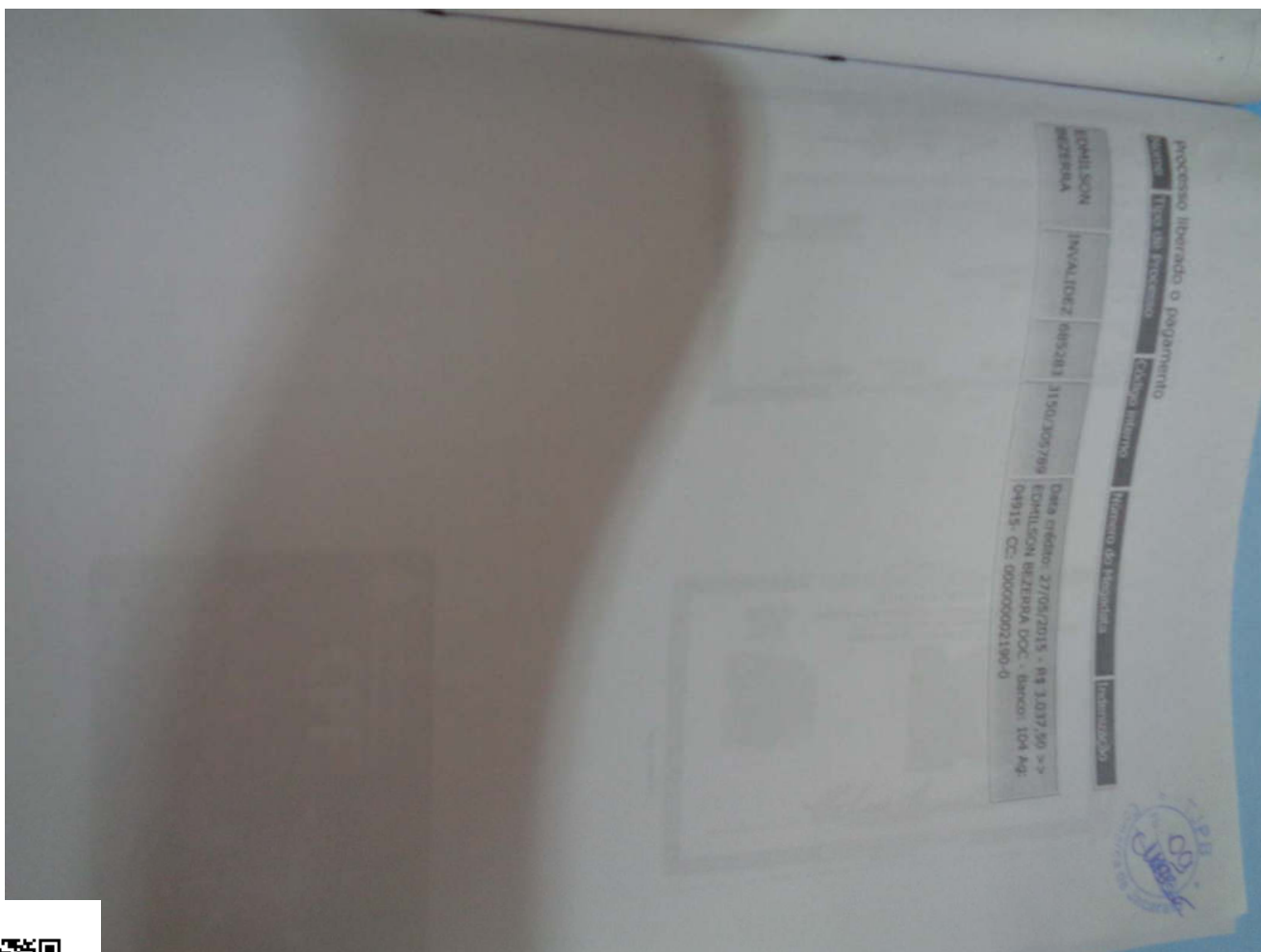
Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que honorários advocatícios sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Luiza de Denturo PB, em 28/11/2014.

Outorgente: Bel. Emanuel Ribeiro

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1-237

Nome: EMILSON BEZERRA
Matrícula: 2.313.435 - 2ª VIA
Data de Emissão: 14/05/2013

Local de Nascimento: LAGOA DE DENTRO, PB
Data de Nascimento: 06/10/1958

CERT. CAS. Nº 1982 - EM. B. 84 - F. 2229 - CARTÃO CACÁRIA F. B.

[Assinatura]

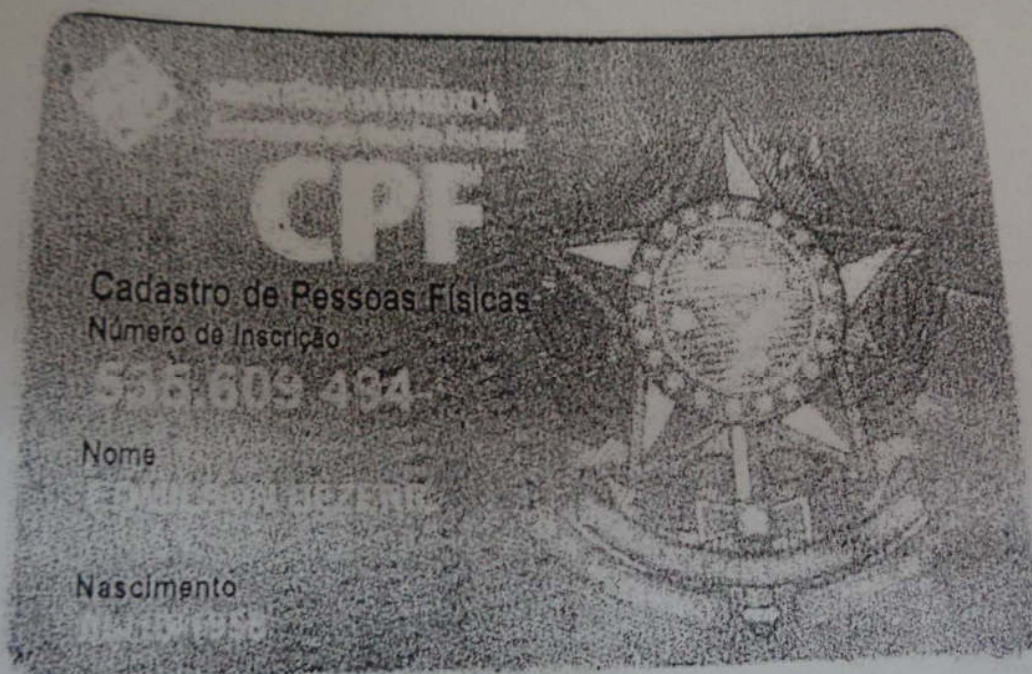
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1-237

[Assinatura]

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.313.435 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 14/06/2013

NOME EDMILSON BEZERRA

FILIAÇÃO MANOEL AMARO BEZERRA
SEVERINA ANDRÉ DO NASCIMENTO

NATURALIDADE LAGOA DE DENTRO, PB DATA DE NASCIMENTO 06/10/1958

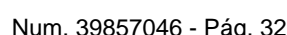
DOC. ORIGEM CERT. CAS. Nº1292 - LIV.B-04 - FLS.229 - CARTORIO CAIÇARA PB.

CPF 535.609.494-91
João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR *[Assinatura]* **João Neto**

LE Nº 7.418 DE 29/09/93





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DO MUNICIPIO PILÕES/PB

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL



CERTIFICADO para os devidos fins e efeitos legais, que fora registrado o Boletim de Ocorrência de número 464/14, folhas nº464, Registro nº 464/2014, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos dezessete (17) de Dezembro de 2014, nesta cidade de Pilões/PB, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Pilões/PB, presente a Autoridade Policial, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Pilões/PB, presente a Autoridade Policial o Dr. ERAÍDO VIEIRA BARBOSA, Delegado de Polícia Civil, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:50h, comparece EDMILSON BEZERRA brasileiro, natural LAGOA DE DENTRO /PB, CASADA, AGRICULTOR, alfabetizado, RG/2.313.266 SSP/PB CPF nº. 609.494-91 nascido em 06/10/1958, filho de VANOL ANARO BEZERRA e de SEVERINA ANDRÉ DO NASCIMENTO, residente e domiciliado Rua PROJETADA S/N NOVO EM LAGOA DE DENTRO /PB. E PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: Afirma a declarante que no dia, 08/12/2014 a declarante estava na garupa da motocicleta MARCA/MODELO/HONDA CG 150 FAN AMO 2007/2008, cor PRATA, placa MN0841/PB, chassi 9C2JC30708B128659, de Propriedade do Sr(a):SEVERINO DO RAMO F DE OLIVEIRA, afirma o declarante que na saída da cidade que liga lagoa de dentro a sítiozinho tinha um animal na estrada quando ao fazer a curva se deparou com animal chegando abater e vindo cair no solo onde foi socorrido por populares que passaram pelo local levando para o hospital de trauma em João Pessoa onde foi realizado cirurgia e sofrendo varias lesão pelo corpo afirma o declarante vê diagnostico em ficha ambulatorial deste citado hospital que segue em anexo. O REFERIDO É VERDADE. DOU PB, 2014.

NOTIFICANTE: *Suelio Moreira Torres*

Visto e Assinado



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA
LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E TRAUMA, HOSPITAL HUMBERTO LUCENA
LABORATÓRIO DE ANÁLISE



Nome	João Pessoa			Idade	17	Sexo	M	Profissão	Estudante
Data de admissão	10/12/14			Data de alta					
Diagnóstico inicial	Lesão por queda								
Diagnóstico final	Lesão por queda								
Outros diagnósticos									
Principais exames	TC de crânio								
Chirurgia realizada - data e equipe	Não realizada								
Terapêutica medicamentosa									
Análises patológicas									
Infecção: sim () não ()	Não								
Coleta de material: sim () não ()	Não								
Resultado bacteriológico									
Condiciona de alta: Medicado () Removido () Curado () Outro ()	Removido								
Resumo clínico: história, evolução, terapêutica, complicações	Paciente com história de queda, lesão por queda, sem alterações de consciência, sem alterações de vitalidade, sem alterações de exame físico, sem alterações de exames de imagem, sem alterações de exames de laboratório.								
Dieta	Líquida								
Reposição	Reposicionamento em casa por...								
Referência	Ass. Médico CRM								

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMPLEXO DE JACARAÍ - CRIMINAL DE DISTRIBUÍDO
tipo de distribuição: SEPTETO
processo: 0000778-08.2016.815-1071 - 22/08/2016 13 horas 09 minutos
classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
valor da causa : 12462,50
pela : 11
autor : EMILSON BEZERRA
advogado : SEGURADORA LIDER DOS CONSUMIDORES
advogado : VERA ÚNICA DE JACARAÍ
advogado : PERILO RODRIGUES DE LUCENA
protocolo: MARINHO MENDES MACHADO



Postagem(R\$): 297,22 |
 Remessa(UFR): 202,50 |
 Diligências : Tipo: 84 (7) Outr: Custas Judiciais : R\$ 890,23 |
 = Fundo Judiciário : R\$ 1.092,73 |
 + Valor Rateio : R\$ 18,17 |
 + Valor Diligências : R\$ 79,49 |
 + Valor Banco : R\$ 1,35 |
 = Total da Guia : R\$ 1.191,74

CERTIDÃO

Certifico, por dever de ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais que, em cumprimento determinação do MM. Juiz de Direito desta Comarca, consta acima, simulação do cálculo das custas e outras despesas a serem pagas neste processo.

Jacaratã, 22 de agosto de 2016

JACINTO ANTONIO PESSOA



131984
de
11/08/2016
Comarca de
Jacaraí/PR

Vistos, etc.

Preliminarmente, DEITO a grandeza processual, com os benefícios a ela inerentes, vez que presentes os requisitos a sua concessão.

Nos termos do art. 334, do CPC, designo audiência de conciliação/ mediação para o dia 28 / 11 / 2016, às 08:30 horas, na sala de Audiências deste Juízo. Cite-se e intime-se.

P.L. e Cumpra-se.

Jacaraí (PR), 30 de agosto de 2016.

PERILO ROCHA GOMES DE LUCENA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data, recebi os presentes autos do MM. Juiz de Direito desta comarca, do que, para constar, lavrei este termo.

Jacaraí – PR, 30 de agosto de 2016.

Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citados o rti com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária. § 2o Poderá haver mais de uma sessão destinada a conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes. § 3o A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado. § 4o A audiência não será realizada: I - se ambos as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na autocomposição; e o rti deverá fazê-lo, por admitir a autocomposição. § 5o O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes. § 7o A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei. § 8o O rti não comparecimento injustificado do autor ou do rti à audiência de conciliação e realização da audiência deve ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9o As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. § 10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. § 11. A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença. § 12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.



ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JACARAÚ

Ao
Senhor Representante Legal da
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,
Rua Senador Dantas, 74 – 5º andar, Centro,
20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

CARTA DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO

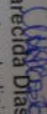
Processo nº: 0000778-08.2016.815.1071
Ação: Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT
Promovente: Ednilson Bezerra
Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta cidade e comarca de Jacaraú/PB, o Dr. Perilo Rodrigues de Lucena, pela presente, na forma do Art. 222 do CPC, fica Vossa Senhoria, devidamente **CITADO**, para todos os termos da ação mencionada a epígrafe e **INTIMADO** para comparecer à Audiência Preliminar e de Instrução e Julgamento designada para o dia 28/11/2016, às 09h20min, na Sala de Audiências do Fórum "Des. José Martinho Lisboa", localizado na Rua Presidente João Pessoa, nº 481, Centro – nesta cidade e comarca de Jacaraú/PB.
Anexo: cópia da inicial e despacho.

Advertência: A contestação deverá ser ofertada quando da audiência, sob pena de revelia, nos termos do art. 277 do CPC. A resposta deverá ser acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico (art. 278, CPC).

Assim tenho Vossa Senhoria, devidamente **CITADO** e **INTIMADO**, na forma da lei.

Jacaraú, 20 de setembro de 2016.


Maria Aparecida Dias da Costa
Técnica Judiciária

Fórum Des. José Martinho Lisboa - Rua Pres. João Pessoa, 481, Centro,
Fone/Fax: (83) 3295-1074 – CEP 58.278-000 – Jacaraú – PB



CERTIDÃO

Certifico que, cumprindo o mandado supra, dirigi-me ao endereço descrito no anverso, e aí sendo, intimei o(a) Sr. (a) EDIMILSON BEZERRA, dando-lhe conhecimento de todo o conteúdo do mandado e do qual ficou ciente. O referido é verdade e dou fé.

Jacarau, 13 de outubro de 2016.

SEVERINO FRANCISCO DE MORAES NETO

Oficial de justiça

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/05/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 3.037,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: EDMILSON BEZERRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04915

CONTA: 000000002190-0

Nr. da Autenticação A1915F755BF41652



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3150305789 **Cidade:** Pilões **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDMILSON BEZERRA **Data do acidente:** 08/12/2014 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/04/2015

Valoração do IML: 0

Diagnóstico: TRAUMA DE FACE

Resultados terapêuticos: A ESCLARECER

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE PARA AVALIAR SEQUELA

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

Visão Médica Ltda

Nome do médico: JORGE ALBERTO C DE SOUZA

CRM do médico: 52.37730-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150305789 **Cidade:** Pilões **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDMILSON BEZERRA **Data do acidente:** 08/12/2014 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER

Diagnóstico: traumatismo crânio facial com fratura dos ossos da face, e traumatismo no joelho direito

Descrição do exame médico pericial: cefaléia, tontura, lapsos de perda de memória, e sequelado de traumatismo no joelho direito, apresenta ao exame físico, edema residual, limitação de mobilidade articular e perda de força motora do referido joelho

Resultados terapêuticos: Quadros tratados conservadoramente, evolução insatisfatória, teve alta definitiva em 20/02/2015.

Sequelas permanentes: DÉFICIT NEUROLÓGICO
LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM JOELHO D

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 25/05/2015

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Joao Bartolomeu Pinto Rabelo

CRM do médico: 4518

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			22,5 %	R\$ 3.037,50

PRESTADOR

SAUDESEG Sistemas de Saude Ltda.

Médico revisor: MARCUS VINICIUS CARVALHO FREIRE

CRM do médico: 21102

UF do CRM do médico: PE

Assinatura do médico:





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB

Processo n.º 08001495920208151071

BRADESCO SEGUROS S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDMILSON BEZERRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO MÉRITO

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na **ÚNICA VARA CÍVEL DE JACARAU/PB**, sendo autuado sob o **nº. 0000778082016815107**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **08/12/2014**.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de CRÂNIO FACIAL, **50%**, ou seja, **o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.**

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.



DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais).

Contudo, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

OBSERVA-SE INCLUSIVE QUE O AUTOR JÁ RECEBEU R\$ 6.750,00 PELA LESÃO NO CRÂNIO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO OCORRIDO EM 08/12/2014. E AINDA RECEBEU MAIS R\$ 1.350,00 EM RAZÃO DA AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ATUAL SINISTRO. ASSIM, O AUTOR JÁ RECEBEU O MONTANTE DE R\$ 8.100,00, REFERENTE A 60% DE LESÃO NO CRÂNIO SOMADOS OS DOIS SINISTROS, NÃO CABENDO PORTANTO COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO EM VIRTUDE DA DEBILIDADE CONSTATADE DE 25% DE CRÂNIO.

Assim, verifica-se claramente o adimplemento da obrigação, não havendo de se falar em complementação de indenização. Por todo o exposto, vem à parte Ré requerer que os pedidos autorais sejam julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JACARAU, 17 de fevereiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

